LICENÇAS MÉDICAS DE DOCENTES NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO: ABSENTEÍSMO OU ADOECIMENTO?

Karen Cristina Sobral Bock [1]

Alessandra Mirna Vitorino [2]

Talita Souza Delfino [3]

INTRODUÇÃO

Este texto é a síntese de um artigo apresentado pelas autoras em setembro de 2021 para o XV Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, organizado pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). A temática deste debate surgiu dos resultados parciais da pesquisa de mestrado da primeira autora e partiu de indagações referentes às condições de trabalho e de saúde dos(as) docentes das Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEIs). Com a intenção de levantar os dados ligados ao adoecimento docente na Rede Municipal de Educação São Paulo (RME-SP) através da análise dos registros de licenças médicas e readaptações, foram feitas duas solicitações para a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (SME-SP) e uma à Secretaria Executiva de Gestão no Portal de Transparência através do Sistema Eletrônico de Informações (e-SIC) de dados detalhados, acerca das licenças e readaptações de professores no período compreendido entre 2016 e 2019 e também uma solicitação à Diretoria Regional da Penha, assim como foi aberto um chamado na ouvidoria do município. A resposta à primeira solicitação à SME-SP feita em abril de 2020 só foi recebida mais de um ano depois com dados insuficientes sobre readaptações, todos os outros pedidos foram

[1] Mestranda em Educação na Universidade Federal de São Paulo. Diretora na Prefeitura Municipal de São Paulo. E-mail:sobralka@gmail.com.

[2] Mestra em Educação pela Universidade Federal de São Paulo. Coordenadora Pedagógica na Prefeitura Municipal de São Paulo. E-mail: alessandramirna@yahoo.com.br.

[3] Estudante de Pedagogia na Universidade Federal de São Paulo. E-mail: talita.delfino@outlook.com.

negados, tendo a Secretaria Executiva de Gestão justificado que a ferramenta de extração de dados disponível não permite a obtenção da informação e o acionamento da Empresa de Tecnologia de Informação e Comunicação do Município – PRODAM, geraria custos ao município.

Contudo, em 21 de outubro de 2020 foi divulgado um estudo realizado pela Fundação Carlos Chegas (FCC), encomendado pela SME-SP, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que levantou e discutiu dados de absenteísmo docente. Foram apresentados durante o evento muitas tabelas com dados de faltas e licenças médicas, antes não divulgados pela SME-SP (ESCOLA DO PARLAMENTO, 2020).

Após muitas tentativas de busca nos portais da SME e da Escola do Parlamento, o acesso ao relatório final da pesquisa realizada pela FCC foi possível através da área "Pátio Digital" (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2020).

Tendo em vista a dificuldade em acessar esses dados, a problemática colocada foi: por que a SME-SP escolhe tratar a situação como uma questão de absenteísmo e não de adoecimento se a maior parte das ausências são por licenças médicas?

Os resultados, com destaque para o relatório sobre o absenteísmo docente realizado pela FCC serão apresentados a seguir e analisados a partir do conceito de racionalidade tecnológica de Herbert Marcuse.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES

Como dito anteriormente, as solicitações feitas para ter acesso aos registros de licenças médicas e readaptações não foram atendidas pela SME-SP. Coube então como material de análise o estudo de autoria da FCC encomendado pela SME-SP, em parceria com a UNESCO, que trata do levantamento e estudo de dados do absenteísmo docente, revelando números preocupantes sobre licenças médicas (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2020).

O conceito de racionalidade tecnológica desenvolvido por Marcuse (2015) caracteriza-se como uma forma de pensar e organizar todas as esferas da vida

a partir da lógica do funcionamento da máquina, como uma forma de dominação que suprime qualquer alternativa ao que já existe.

A opção do estudo do absenteísmo docente pela SME sugere que os(as) professores(as) se abstêm de ir ao trabalho, responsabilizando-os(as) pelas ausências. Essa escolha levou os(as) pesquisadores(as) da FCC a buscar por este termo ao realizarem o levantamento bibliográfico:

> Mediante levantamento bibliográfico realizado na Scientific Electronic Library Online (SciELO) e no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes) – e também no Google Acadêmico –, constatou-se que a maior parte da produção acadêmica existente sobre o tema do absenteísmo pertence à área da Saúde, particularmente à Enfermagem. São trabalhos que tratam do absenteísmo principalmente de enfermeiros e técnicos dessa área (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 202, p.17).

Nesse sentido, aponta nitidamente para uma generalização da causa de ausência do(a) professor(a) colocada como uma abstenção do exercício do trabalho docente sem se aprofundar nos motivos que levaram ao afastamento, distanciando possíveis questionamentos como "O que há de errado na escola ou no cotidiano do professor que o leva a adoecer?"

Ainda, a revisão bibliográfica realizada pela pesquisa da FCC, revela importantes resultados:

> Em uma revisão integrativa recente (SANTI; BARBIERI; CHEADE, 2018), realizada nas bases de dados eletrônicas Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (Lilacs) e SciELO, foi estudado o absenteísmo-doença no serviço público brasileiro para verificar como, em pesquisas nacionais, esse fenômeno se configurava e quais eram as estratégias propostas para prevenir o adoecimento e a promover a reabilitação do servidor público. Nos oito artigos selecionados, observou-se o predomínio de Doenças Osteomusculares (DOM) e Transtornos Mentais e Comportamentais (TMC) em várias áreas, inclusive entre os servidores da Saúde e da Educação. Os faltosos eram, predominantemente, pessoas do sexo feminino com mais de 40 anos de idade, e o tempo de duração de suas licenças aumentava proporcionalmente ao tempo de carreira (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, 2020, p. 21-22).

Os dados anteriormente compilados pelo CIEDU-SME e presentes no relatório, em relação aos diversos tipos de ausências docentes entre 2009 e

2019, apontam que os(a)s professores(as) no cargo "Professor de Educação Infantil" tiveram maiores índices de afastamento por acidentes de trabalho (de 9,9% a 20,9% dos dias de ausência por ano), se comparado aos(as) docentes das demais etapas da educação básica. Finalmente, é possível verificar que a maior parte das ausências em todos os cargos de docentes, chegando a 69,8% em 2013 entre docentes no cargo "Professor de Educação Infantil", são dias de licenças médicas. Neste cálculo foram somadas as licenças por acidentes de trabalho, licenças concedidas pelas chefias a partir de requisição médicas e licenças periciais, aquelas avaliadas e concedidas pela Coordenação de Gestão de Saúde do Servidor (COGESS), não estando incluídas as licenças gestante e licenças para tratamento de saúde de familiares.

A revisão bibliográfica apresentada pela FCC associada aos dados levantados, revelam como fatores importantes a associação do sexo feminino às ausências, podendo indicar que as professoras estão adoecendo mais. Esses resultados apresentados merecem uma investigação mais específica das possíveis implicações nele contidas, como a maternidade e tempo de sala de aula. No entanto, tais constatações não tem espaço na pesquisa, que para comparar e analisar os dados utiliza as categorias "ausências com perda salarial" e "ausências sem perda salarial", evidentemente chegando à conclusão de que a maior parte das ausências não acarretam perda salarial (como se não fosse relevante o fato de a maior parte delas ser de licenças médicas).

CONSIDERAÇÕES

À luz da Teoria Crítica da Sociedade e do conceito de racionalidade tecnológica presente na obra de Marcuse (2015), conclui-se que a dificuldade encontrada ao buscar dados acerca do adoecimento docente na Rede Municipal de São Paulo atualmente parece não ser um acaso ou um infortúnio, assim como não devem ser casuais a ausência de referências ao adoecimento docente nos portais ligados à SME- SP e a opção em financiar uma pesquisa com o tema absenteísmo docente.

Tirar o foco do debate sobre o adoecimento dos(as) professores(as) na RME-SP quando se constata um verdadeira epidemia de transtornos mentais e substituí-lo por outro debate nomeado absenteísmo parece servir à racionalidade tecnológica aplicada à escola, cumprindo o seu papel de perpetuar a dominação e ao controle das relações, eliminando as possibilidades de transformações reais, limitando as possibilidades àquilo que já existe. Este aspecto fica ainda mais evidente quando se opta por olhar para ausências categorizando-as como "com" ou "sem" perda salarial, desconsiderando que a maior parte delas deve-se a licenças médicas.

Se a escola adoece o professor, há que se olhar para ela, há que se transformá-la! Abre-se assim um espaço para o pensamento crítico sobre o que acontece dentro da escola e para o vislumbre da transformação possível. No entanto, se é o(a) professor(a) quem se abstém de ir trabalhar, não é preciso olhar para o todo. Ele(a) é o defeito que precisa ser consertado, provavelmente apertando-se com mais força, restringindo folgas e/ou dificultando as licenças, para que assim a engrenagem continue a girar…

REFERÊNCIAS

ESCOLA DO PARLAMENTO. **Seminários Educação em Pesquisa**. Disponível em: https://www.facebook.com/eparlamento/videos. Acesso em: 21 de out. 2020.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS**. Absenteísmos na rede municipal de São Paulo: características abrangência e do fenômeno.** Julho de 2020. Disponível em: https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/programa-de-cooperacao-em-pesquisa/. Acesso em 29 de abr. 2021.

MARCUSE, H. **O homem unidimensional: estudos da ideologia da sociedade industrial avançada**. Tradução de Robespierre de Oliveira, Deborah Christina Antunes e Rafael Cordeiro Silva. São Paulo, 2015.